

Metrópoles em crise¹

T. Sá Marques¹, F. Matos², C. Maia³, D. Ribeiro⁴

¹ Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

² Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

⁴ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

teresasamarques@gmail.com, fmatos@letras.up.pt, catarina.maia2@gmail.com, mrcotgeo@gmail.com

RESUMO: Nos últimos anos, os países europeus e os seus cidadãos têm sofrido o forte impacto da crise financeira e económica, causada por uma combinação de fatores internacionais e nacionais. Em Portugal, a crise provocou um conjunto de consequências, destacando-se, o aumento do desemprego, os cortes salariais e de apoios sociais, o aumento de impostos e o empobrecimento de várias camadas da população, sobretudo das mais vulneráveis, predominantemente concentradas nas áreas urbanas.

A pesquisa apresentada faz, em primeiro lugar, um breve enfoque nacional, centrado em 2007 e 2014. Em seguida, faz uma análise ao nível metropolitano, sustentada num número de indicadores, tendo em vista refletir a vulnerabilidade social em dois contextos territoriais (Região Funcional do Porto e Região Funcional de Lisboa). Analisa-se as dinâmicas em tempo de crise (2007 e 2014) e caracteriza-se os dois perfis de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Crise, vulnerabilidade social, grupos em risco, Lisboa, Porto.

ABSTRACT: In the last few years, European countries and its citizens have suffered from the severe impact of the financial and economic crisis, caused by a combination of international and national factors. In Portugal, the crisis has led to a number of consequences, such as the rise in unemployment, wage and social benefit cuts, tax hikes, and the impoverishment of different population groups, particularly the most vulnerable, largely concentrated in the urban areas.

The research presented in this paper focuses firstly on Portugal at a national level, in 2007 and 2014, followed by an analysis at the metropolitan level, based on indicator figures, intended to explore social vulnerability in two territorial units (Functional Region of Porto and Functional Region of Lisbon). The dynamics in times of crisis (2007 and 2014) are analysed, illustrated by the two profiles of social vulnerability identified.

Keywords: Crisis, social vulnerability, groups at risk, Lisbon, Porto.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os países europeus e os seus cidadãos têm sofrido o forte impacto da crise financeira e socioeconómica, causada por uma combinação de fatores internacionais e nacionais (Othengrafen e Knieling, 2016). São reconhecidas as múltiplas repercussões nas sociedades, sobretudo do sul da Europa, do declínio dos investimentos públicos, da reestruturação dos sistemas de serviço social e da redução da capacidade de consumo da população. Há uma quebra nos níveis de satisfação e de qualidade de vida da população (Bell e Blanchflower, 2011), um aumento da insatisfação com o emprego e uma quebra de compromissos sociais (Markovits et al., 2014). Tudo isto repercute-se num aumento dos níveis de risco social especialmente para os grupos mais vulneráveis (os trabalhadores pouco qualificados, jovens, idosos ou imigrantes) (Cairns et al., 2014) e nos graus de pobreza e exclusão social (Frazer e Marlier, 2011).

¹ Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-006891 (Refº FCT: UID/GEO/04084/2013).

Vulnerabilidade e risco social pressupõem uma diversidade conceitual e terminológica considerável, ao qual este artigo não pode fazer justiça. Em vez disso, desenvolvemos uma breve análise que procura captar as abordagens que são mais relevantes para a investigação desenvolvida ao longo deste texto. Assim, a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos perante riscos produzidos por riscos naturais ou contextos económico-sociais. O termo vulnerabilidade surge na análise geográfica associada aos riscos e posteriormente nos estudos sobre pobreza, desenvolvimento e mudanças globais (Chambers, 1989 e Dow, 1992, citados por Tedim, 2016).

Nas ciências sociais e humanas, a vulnerabilidade social refere-se aos grupos sociais mais marginalizados de uma sociedade, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam aceder num mundo civilizado. Está relacionado com processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos fundamentais, em consequência do seu nível de rendimento, educação, saúde, localização geográfica, entre outros. De uma maneira geral, aqueles que não possuem trabalho estão mais suscetíveis à vulnerabilidade e ao risco social do que os empregados. Mas os que trabalham, também poderão ser vulneráveis, se forem mal remunerados, se só conseguirem trabalhar a tempo parcial, ou se tiverem empregos inseguros ou informais. No caso dos idosos, os que tiverem saúde, possuírem pensões de reforma razoáveis e ainda apoio familiar são, em princípio, menos vulneráveis do que os idosos que não têm saúde, não têm qualquer apoio social e estão sozinhos (Schröder-Butterfill e Marianti, 2006). A vulnerabilidade social está inserida em contextos estruturais e temporais mais amplos. Os diversos riscos são moldados por fatores como o género, as desigualdades étnicas, a estratificação social, os padrões culturais, e ainda os sistemas políticos e de segurança social, que são estabelecidos ao longo do tempo (Hilhorst e Bankoff, 2004).

Em sociedades sustentadas na economia de mercado, a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social. A ausência de recursos materiais alimenta outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde, habitações precárias, desestruturação familiar, entre outras. Famílias e pessoas em tais condições de vida têm mais dificuldades de enfrentar as adversidades, o que, nos termos de Sen (2003), é denominado privação de capacidades. Dessa forma, vulnerabilidades e riscos remetem para as noções de carências e de exclusão numa perspetiva económico-social. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar ações e/ou estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal e/ou coletiva (Sen, 2003). Assim, vulnerabilidade pode ser o resultado de um processo de resposta dos indivíduos e dos agregados familiares à ação de diferentes riscos, que depende de um conjunto de condições subjacentes.

Para Glewwe e Hall (1998), vulnerabilidade é um conceito dinâmico, relacionado com o declínio dos níveis de bem-estar após um choque macroeconómico, um choque que pode afetar os indivíduos, por exemplo, por perda do emprego, por acidente ou por doença. Os autores distinguem dois tipos de vulnerabilidades, uma associada às modificações específicas relacionadas com os programas do governo (político-induzidas) e outra, a vulnerabilidade mais geral associada às mudanças das condições socioeconómicas, incluindo a capacidade de adaptação a tais alterações (“robusta” ou induzida pelo mercado) (Glewwe e Hall, 1998).

A vulnerabilidade social foi reconhecida como sendo também essencial para a compreensão do risco ligado aos perigos naturais (por exemplo, Blaikie et al., 1994; Prowse, 2003; Wisner, 2004). É evidente após a ocorrência de um risco natural, pois as populações ficam sujeitas a diferentes padrões de sofrimento. Todas as pessoas que residem em áreas de risco são vulneráveis, no entanto os impactos sociais do perigo e da exposição são normalmente superiores quanto mais vulneráveis são as pessoas, ou seja, os mais vulneráveis da sociedade - os pobres, as minorias, as crianças, os idosos e os deficientes – sofrem mais. Além disso, estes grupos estão, frequentemente, menos preparados, têm menos recursos sociais e económicos para responder às emergências, tendem a viver em locais de maior risco em habitações mais precárias, e têm menos capacidades ou ligações sociais e políticas fundamentais para aceder aos recursos necessários à sua recuperação (Cutter et al, 2000). Estes fatores sociais contribuem para uma vulnerabilidade acrescida.

Em termos de referenciais teóricos, é fundamental esta pesquisa enquadrar-se na Política de Coesão e na Estratégia Europa 2020. Seguindo a Estratégia 2020, no domínio do crescimento inclusivo, é crucial apostar: na inclusão social e no combate à pobreza; na promoção do emprego e na mobilidade dos trabalhadores; na educação; nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; e no reforço institucional, neste caso para a inclusão. A operacionalização do Quadro Comunitário organiza-se por

domínios transversais (Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social; Capital Humano; Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e Domínios Temáticos (Reforma da Administração Pública; Territorialização das Intervenções).

O Conselho Europeu passou a incorporar uma perspetiva territorial e diferentes formas de exclusão refletindo a multidimensionalidade dos fenómenos de pobreza:

- a exclusão do mercado de trabalho (desemprego, de longa duração, desemprego jovem, desemprego nas idades ativas mais avançadas,...) e/ou fraca qualidade do trabalho (relacionada, por exemplo, com os baixos níveis de escolaridade ou qualificação profissional);
- a insuficiência de rendimento e de recursos para viver com dignidade (indivíduos em situação de pobreza em consequência dos seus baixos salários ou de condições de subemprego, da subida do trabalho temporário e a tempo parcial, assim como da precarização das condições de trabalho);
- a inacessibilidade a serviços básicos, como aos cuidados de saúde, a uma habitação condigna (habitações sobrelotadas, muito degradadas, sem infraestruturas) e aos serviços de educação (uma cobertura deficiente do ensino pré-escolar) e de apoio social (centros de dia, serviços de apoio ao domicílio e residências para idosos).

Em termos de referencial deve-se ainda incluir os grupos de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social: os grupos vulneráveis são os perfis demográficos identificados na Estratégia Europa 2020, como os mais correlacionados com as situações de pobreza (mulheres, jovens, idosos, imigrantes, famílias monoparentais, mães sós com filhos, idosos sós, famílias numerosas, famílias institucionais, indivíduos com baixa escolaridade,...); e os grupos em risco são os indivíduos em situações sociais especialmente associadas a formas extremas de pobreza e exclusão (pessoas sem-abrigo; crianças e jovens em risco da CPCJ, crianças institucionalizadas, toxicodependentes, indivíduos infetados com HIV, nomeadamente).

2. UM RETRATO NACIONAL DAS DESIGUALDADES E DOS RISCOS DE POBREZA

Ainda que o impacto da crise tenha uma expressão generalizada a todos os setores da população, atinge de uma forma mais imediata e mais gravosa as famílias mais precarizadas, sobretudo, aquelas que registaram situações inesperadas de desemprego. De uma maneira geral todos os indicadores sociais agravaram-se entre 2007 e 2014 (tabela 1), sendo de salientar, o aumento do desemprego e do risco de pobreza (sobretudo das mulheres, crianças e jovens e ainda dos idosos), da população com menor escolaridade, desempregada e a viver em casa arrendada.

As populações com menores níveis de escolaridade, desempregadas e idosas correm maiores riscos de pobreza ou exclusão social. Entre 2007 e 2014 (tabela 1), houve um aumento vertiginoso do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) que passaram de cerca de 57 mil para cerca de 213 mil. A população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou de 25% para 27,5% (as mulheres estão em maior risco que os homens), a taxa de intensidade da pobreza (sem considerar qualquer transferência social) aumentou de 41,5% para 47,8% (a subida intensificou-se sobretudo a partir de 2010) e o número de pessoas que não conseguem suportar despesas inesperadas subiu de forma acentuada de 19,7% para 42,2% (tabela 1). As dificuldades em suportar despesas inesperadas intensifica-se imenso a partir de 2011, e são sobretudo os idosos que estão mais vulneráveis a esse risco.

A taxa de desemprego quase que duplica (de 8% para 13,9%) e a taxa de emprego precário aumentou (sobretudo o emprego em *part-time* a partir de 2010). O fraco aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego não expressa a subida vertiginosa da taxa de desemprego, por outro lado, a diminuição do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) não contraria o aumento da pobreza existente na sociedade portuguesa. Segundo um estudo publicado pela Comissão Europeia (Callan et al., 2013) para os seis países da União Europeia mais afetados pela crise, Portugal é o único onde as medidas de austeridade tiveram uma sobrecarga financeira maior para os pobres do que para os ricos. Se considerarmos o caso do RSI, verifica-se que tem sido objeto de sucessivas alterações legislativas e de procedimentos, tornando o seu acesso mais restrito, contribuindo para a diminuição do número de beneficiários, num contexto de grande austeridade, de elevadas taxas de desemprego e de forte diminuição do rendimento disponível das famílias.

Tabela 1. Síntese de alguns indicadores económicos e sociais para Portugal, antes e depois da crise económica. Fonte: Elaboração própria. Dados Eurostat; INE; PORDATA; Banco de Portugal e Segurança Social (2016).

	INDICADORES SOCIAIS E ECONÓMICOS	2007	2014
Emprego, desemprego e precariedade do emprego	Empregados (milhares)	5092,5	4499,5
	Taxa de desemprego (%)	8	13,9
	Taxa de desemprego de longa duração (%)	4,3	8,4
	Taxa de emprego em <i>part-time</i> (% em relação à população total empregada)	12,3	13,1
	Taxa de empregados com contrato de duração limitada (% em relação à total de pop. empregada)	22,3	21,4
	População desempregada (milhares, valor médio)	440,6	726
População em risco de pobreza ou exclusão social	População em risco de pobreza ou exclusão social (%)	25	27,5
	População feminina em risco de pobreza ou exclusão social (%)	26	28,1
	População masculina em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24	26,7
	População com 0-17 anos em risco de pobreza ou exclusão social (%)	26,9	31,4
	População com 18-64 anos em risco de pobreza ou exclusão social (%)	23,1	28,3
	População com 65 ou mais anos em risco de pobreza ou exclusão social (%)	30	21,1
Escolaridade, emprego e riscos de pobreza	População com ensino básico em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 0-2)	25,9	32,2
	População com ensino secundário em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 3-4)	13,7	19,7
	População com mais que o secundário em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 5-6)	6,3	10,8
	População desempregada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	32,2	40,5
	População reformada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24,8	13,3
	População empregada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	9,3	10,7
Titularidade da habitação e riscos de pobreza	População com habitação própria com empréstimo em risco de pobreza ou exclusão social (%)	9,9	16,9
	População com habitação própria sem empréstimo em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24,6	26,9
	População com habitação arrendada em risco de pobreza ou exclusão sociais (%)	39,9	41,4
	População com habitação arrendada (renda social) em risco de pobreza ou exclusão social (%)	40,5	45,0
Pobreza e desigualdades	Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social) (%)	41,5	47,8
	Taxa de risco de pobreza (após de qualquer transferência social) (%)	18,5	19,5
	Pessoas que não podem suportar despesas inesperadas (%)	19,7	42,2
	Pessoas com 65 anos ou mais anos que não podem suportar despesas inesperadas (%)	35,2	52,5
	Desigualdade na distribuição dos rendimentos (S80/S20) (%)	6,1	6
Beneficiários da Segurança Social	Nº de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	369 101	320 712
	Nº de beneficiários do Subsídio de Desemprego	354 093	495 043
	Nº de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI)	56 641	212 633
Crédito bancário	Crédito malparado (particulares)	13,2 (2009)	14,8
	Particulares em incumprimento bancário à habitação, em % do valor total dos empréstimos	5,2 (2009)	6,4
	Peso do crédito à habitação no total de créditos das famílias (%)	80	83
	Peso do crédito à habitação de cobrança duvidosa (%)	1	2
	Peso do crédito ao consumo de cobrança duvidosa (%)	3	12

3. UMA VISÃO METROPOLITANA DA CRISE E DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Portugal, como já salientamos, conjuntamente com outros países da Europa foi afetado por uma crise económica e por uma política de austeridade com impacto no aumento da vulnerabilidade social, nomeadamente nas áreas urbanas. Como vimos atrás, alguns grupos sociais foram particularmente afetados pela crise e pela política de austeridade, nomeadamente, os jovens, os idosos, os desempregados, os indivíduos com baixos níveis de educação e formação, as famílias com crianças (especialmente as famílias monoparentais e as mais numerosas), os trabalhadores com contratos temporários e os com baixos rendimentos. O objetivo desta pesquisa é analisar se as duas metrópoles ou regiões funcionais de Portugal

têm problemas de exclusão social semelhantes.

Como já referimos, seguindo a perspetiva do Conselho Europeu, as formas de exclusão refletem a multidimensionalidade dos fenómenos de pobreza e têm uma expressão territorial. Atendendo a esta perspetiva, este artigo vai refletir as diferentes formas de exclusão, relativamente à exclusão do mercado de trabalho ou à fraca intensidade de trabalho; à insuficiência de rendimento e de recursos para viver com dignidade e aos grupos de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão e os grupos em risco social.

3.1. A exclusão pelo mercado de trabalho

Os altos níveis de desemprego são o mais evidente e documentado impacto social da crise, particularmente, entre a população jovem, registando-se um aumento de 86,6% na procura de 1º emprego entre 2007 e 2014. Em termos territoriais, a variação absoluta do número de desempregados mostra a forte concentração nas duas regiões metropolitanas, evidenciando a dimensão do problema em algumas áreas do país. São raros os concelhos, apenas três, que viram o número de desempregados diminuir nos últimos anos. É de sublinhar o acentuado crescimento dos desempregados do sexo masculino (inscritos no IEFP/MSESS), que aumentam 80,4%, face a um acréscimo de 32,5% de desemprego feminino, para o período de 2007-2014. Paralelamente há uma expressiva intensificação dos desempregados de longa duração no território de Portugal Continental, na ordem dos 86,6%, no mesmo espaço temporal, o que reflete a dimensão estrutural do problema. Há famílias com 2 ou mais desempregados, que viram o rendimento familiar diminuir drasticamente, o que teve grandes reflexos nas condições de vida das famílias, nomeadamente, ao nível das insolvências familiares.

Entre 2007 e 2014, o desemprego no Continente português aumentou 52%. O impacto da crise económica e financeira da Europa e de uma economia portuguesa em reestruturação (deixando um perfil muito intensivo em recursos humanos para avançar para uma nova economia mais intensiva em conhecimentos), implicou quebras do emprego muito significativas sobretudo no setor privado. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o desemprego aumentou um pouco mais que na Área Metropolitana do Porto (AMP) (respetivamente 59% e 52%). Os problemas do desemprego agravaram-se, mas, em contrapartida, as políticas sociais diminuíram os seus apoios pois, genericamente, o número de beneficiários de prestações sociais diminuiu durante o período em análise. A política social optou por uma posição de austeridade deixando um elevado número de desempregados de fora, sem apoios sociais.

Os números absolutos dos desempregados alteram-se muito entre 2007 e 2014, mas a geografia dos desempregados genericamente não se alterou (figura 1). São os territórios metropolitanos e as cidades médias que em termos absolutos mais sentem o impacto do aumento do desemprego. As duas áreas metropolitanas em 2007 concentravam quase metade dos desempregados do Continente português (47,8%), aumentando de 316 mil para 478 mil entre 2007 e 2014 (48,9% do total). Nas duas Regiões Metropolitanas estão concentrados 79% dos desempregados, tanto em 2007 como em 2014. Só a base económica do concelho de Felgueiras evidencia uma razoável capacidade para fixar emprego e conseguir diminuir o seu número de desempregados significativamente, fruto do processo de reestruturação económica da indústria do calçado.

Verifica-se que o problema é muito mais grave na Região Funcional do Porto do que na Região Funcional de Lisboa (tabela 2). Já o era em 2007, mas com a crise a situação agudizou-se para alguns tipos de desemprego. Em 2014, relativamente ao total do Continente, a Região Funcional do Porto concentrava 38% dos trabalhadores nos estabelecimentos (RF de Lisboa 44%), mas 43,9% dos desempregados (35,2% a RF de Lisboa). A Macro Região do Porto tem 46,4% dos desempregados à procura do 1º emprego e 46,2% de desempregados com menos de 25 anos (28,8% e 31,5%, respetivamente para a RF de Lisboa), 48% dos desempregados de longa duração (32,6% a RF de Lisboa), e 45,7% dos desempregados com mais de 55 anos (34,1% a RF de Lisboa), 43,1% do desemprego masculino e 44,6% do feminino (36% e 34,6%, respetivamente, para a RF de Lisboa), 49,5% do desemprego com baixa escolaridade (29,4% a RF de Lisboa), e 41,2% dos desempregados com alta escolaridade (37,8% a RF de Lisboa).

Em termos relativos, no que se refere aos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%), a situação é mais grave para a RF do Porto do que para a RF de Lisboa, e agudizou-se de 2007 para 2014. Em 2014, o perfil de desempregados nestas duas regiões é relativamente semelhante, e segue o modelo do Continente. Domina o desemprego de longa duração e de baixa escolaridade e os desempregados com mais de 55 anos são superiores aos desempregados com menos de 25 anos. Com a crise, entre 2007 e 2014, a situação agudizou-se sobretudo no desemprego de longa duração e no desemprego com alta escolaridade (este era muito baixo em 2007), pois nos dois indicadores os valores mais que duplicaram.

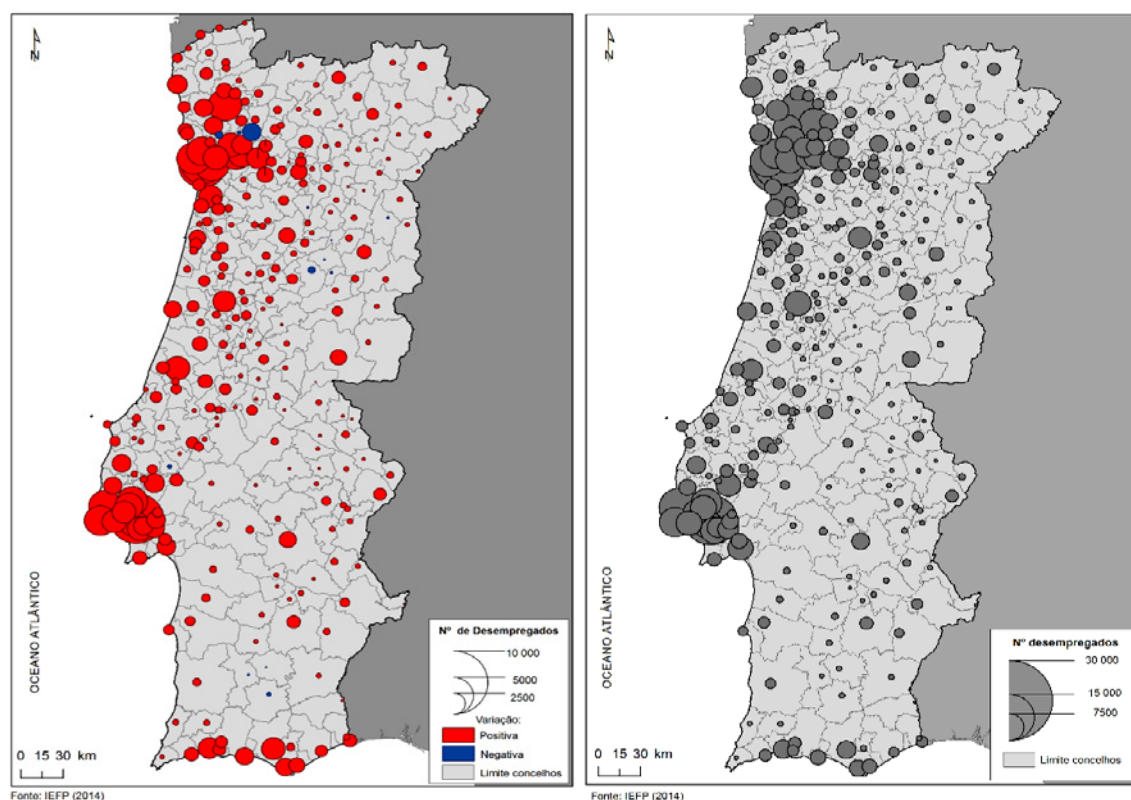


Figura 1. Desemprego: variação absoluta 2007-2014 (esquerda) e desempregados em 2014 (direita).
Fonte: Elaboração própria. Dados IEFP/MSESS, 2014.

Tabela 2. Emprego e desemprego nas duas Regiões Funcionais - Porto e Lisboa. Fonte: Elaboração própria. Dados IEFP/MSESS (2016); PORDATA (2016).

		Taxa ou índice ² (2013 ou 2014)			Variação (%)			Peso no Continente (2013 ou 2014)	
		RFPorto	RFLisboa	Continente	RFPorto	RFLisboa	Continente	RFPorto	RFLisboa
População Empregada (2007-2013)	Trabalhadores por contra de outrem (TCO) nos estabelecimentos				-11,1	-11,4	-11,8	38,0	44,1
	TCO nos estabelecimentos com nível de escolaridade superior (a)	15,8	24,4	19,5	29,7	24,2	27,0	30,7	55,2
	TCO nos estabelecimentos com nível de escolaridade secundário (a)	21,9	28,7	25,4	8,7	-1,2	3,0	32,8	49,9
	TCO nos estabelecimentos com nível de escolaridade básico ou inferior ao básico (a)	62,3	46,9	55,1	-22,3	-26,9	-25,0	62,3	46,9
	População empregada a tempo completo (b)	93,8	91,5	94,2	-12,6	-16,6	-14,9	32,9	37,2
	População empregada a tempo parcial (2009-2013) (b)	6,2	8,5	5,8	11,4	4,4	7,4	35,3	56,4
População Desempregada (2007-2014)	População Desempregada (c)	10,1	7,6	9,4	47,7	56,5	52,0	43,9	35,2
	Desempregados do 1º Emprego (d)	11,2	8,6	10,5	101,4	109,7	86,6	46,4	28,8
	Desempregados de Longa Duração (d)	54,1	45,7	49,4	64,4	93,2	82,4	48,0	32,6
	Desempregados com menos de 25 anos (d)	13,0	11,0	12,3	50,2	42,9	41,5	46,2	31,5
	Desempregados com 55 ou mais anos (d)	21,6	20,0	20,7	47,2	45,2	51,6	45,7	34,1
	Desempregados do sexo masculino (d)	47,3	49,2	48,1	79,2	76,1	80,4	43,1	36,0
	Desempregados do sexo feminino (d)	52,7	50,8	51,9	27,5	41,4	32,5	44,6	34,6
	Desempregados com baixa escolaridade (d)	30,6	22,6	27,1	4,2	19,2	11,1	49,5	29,4
	Desempregados com alta escolaridade (d)	12,8	14,6	13,6	113,0	110,8	104,6	41,2	37,8

² Nota metodológica: (a) as taxas relativas aos TCO (%) são calculadas relativamente ao total de trabalhadores por contra de outrem nos estabelecimentos; (b) as taxas relativas à população empregada (%) a tempo completo e parcial são calculadas relativamente à população empregada total; (c) taxa de desemprego; (d) as taxas relativamente às características dos desempregados (%) são calculadas relativamente ao total de população desempregada.

3.2. A insuficiência de rendimento e de recursos para viver com dignidade

A insuficiência de rendimento e de recursos para viver com dignidade é consequência de baixos salários ou de condições de subemprego, trabalho temporário ou a tempo parcial, ou de situações precárias relativamente às condições de trabalho. É também consequência de situações de reforma ou de pensões baixas. Há medida que os indicadores desencadeados pela crise económica e financeira dispararam (o desemprego ou a diminuição de salários ou de rendimentos), os mais pobres e vulneráveis diminuíram a sua acessibilidade aos recursos financeiros disponíveis em termos sociais.

Um dos principais apoios sociais às pessoas e às famílias em situações de maior vulnerabilidade é o Rendimento Social de Inserção (RSI). A geografia da distribuição dos beneficiários do RSI, em 2014, mostra a importância dos espaços urbanos, com as regiões metropolitanas a concentrarem 78% dos beneficiários (tabela 3), num território ocupado por 74% da população do país. A Região do Porto tem mais beneficiários de RSI (41% do país para 35% da população) do que a de Lisboa (37% do país para 40% da população), o que significa que concentra em termos absolutos e relativos mais exclusão social.

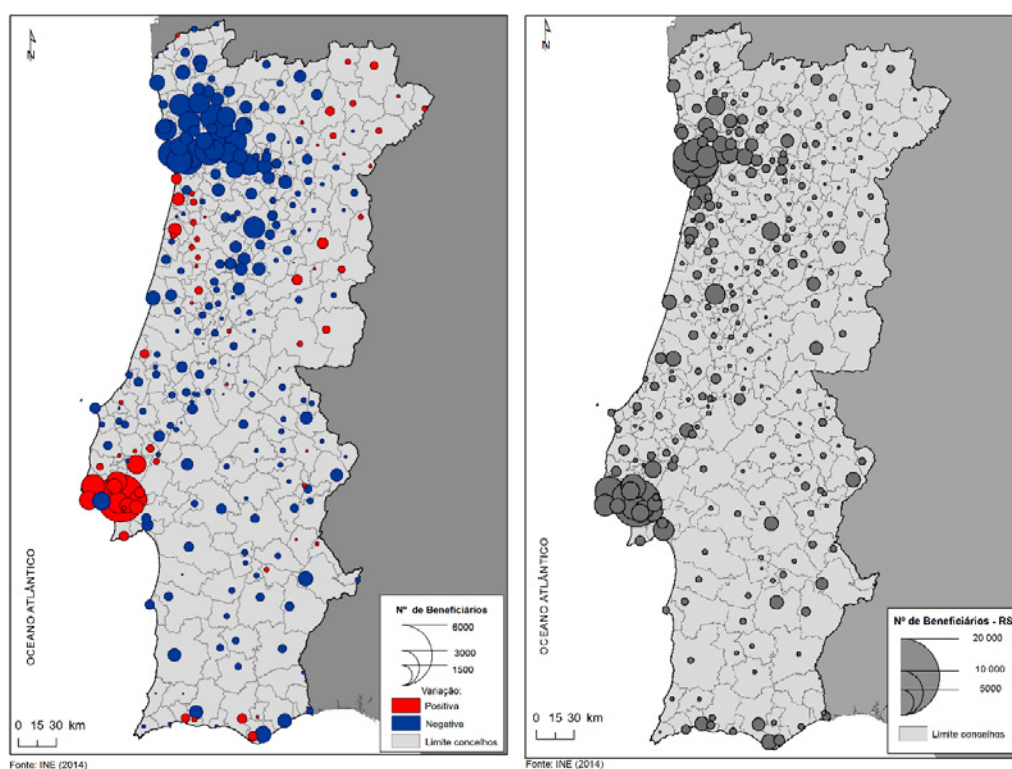


Figura 2. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI): variação absoluta 2007-2014 (esquerda) e beneficiários em 2014 (direita).

Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016).

No RSI, no Continente os beneficiários passam de 338 mil para 288 mil, representando uma quebra de 15%. As regras de atribuição de RSI entre 2007 e 2014 mudaram, e isso teve implicações diferentes nas duas regiões metropolitanas: Lisboa ganha beneficiários (passa de 96 mil para 106 mil) e o Porto perde (passa de 161 mil para quase 120 mil). Na prática, a austeridade das políticas sociais sentiu-se de uma forma mais severa no Porto do que em Lisboa.

Em termos de beneficiários de subsídio de desemprego, a política de austeridade determinou a diminuição do período temporal de apoio e reduziu o valor dos subsídios. Além disso, deixou um elevado número de desempregados de fora do sistema, sem apoios sociais. As duas regiões metropolitanas concentravam em 2014, 78,5% dos beneficiários do país (39% na Região do Porto e 39,5% na Região de Lisboa). Entre 2007 e 2014, foi a Região de Lisboa que registou o maior aumento de beneficiários (mais 30%, contra 13% no Porto).

A diminuição do apoio das políticas sociais também se exprime na quebra de beneficiários de abono de família para crianças e jovens, que diminuíram em todo o país na ordem dos 29% (menos 31% na RF do

Porto e menos 28% na RF de Lisboa). Em termos relativos, em 2014, os beneficiários de abono de família para crianças e jovens no total da população com menos de 25 anos representavam cerca de um terço dessa faixa etária, com uma maior taxa na RF do Porto (35%) do que na RF de Lisboa (29%), evidenciam o nível de vulnerabilidade social das camadas mais jovens.

Em termos de rendimentos e poupanças, as duas metrópoles também têm uma representação diferenciada, com o Porto sempre a perder. O ganho médio mensal dos ativos e o valor médio anual das pensões é superior em Lisboa relativamente ao Porto, mas é na dimensão dos depósitos bancários por 1000 habitantes que as diferenças são mais acentuadas, 29 748 para 11 231 euros, respetivamente, mostrando a força financeira de cada uma. Durante a crise houve também um decréscimo dos valores médios de levantamento por operação em caixas de multibanco.

Outra consequência da crise é a insolvência das famílias e o crescente endividamento das famílias (sobretudo relacionado com os encargos com a aquisição de habitação), que agravou as condições de vida e fez aumentar as desigualdades sociais. A insolvência das famílias aumentou drasticamente entre 2007 e 2014, passando de uma realidade quase ausente na sociedade portuguesa (pouco mais de mil famílias em 2007) para uma situação já bastante expressiva em 2012 (34 mil famílias). Esta realidade também tem uma geografia urbana e metropolitana, pois 55% destas insolvências localizam-se nas duas áreas metropolitanas e 86% nas duas regiões metropolitanas. Mas a RF do Porto absorve 51,1% e a RF de Lisboa 34,4%. As insolvências das famílias seguiram-se às insolvências das empresas, muito em consequência da prestação de garantias às operações financeiras das empresas ou da aquisição de habitação.

Tabela 3. Rendimentos e risco de pobreza nas duas Regiões Funcionais - Porto e Lisboa. Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); PORDATA (2016).

		Taxa ou índice ³ (2014 ou 2013)			Variação (%)			Peso no Continente (%) (2014 ou 2013)	
		RF Porto	RF Lisboa	Continente	RF Porto	RF Lisboa	Continente	RF Porto	RF Lisboa
Beneficiários de prestações sociais (2007-2014)	Número de Beneficiários de Rendimento Mínimo (RSI) - Total	119 677	106 400	288 961	-25,8	10,3	-14,6	41,4	36,8
	Número de Beneficiários de RSI com mais de 55 anos (a)	13,2%	12,2%	12,8%	-26,3	-13,4	-26,5	42,8	35,1
	Número de Beneficiários de RSI com menos de 25 anos (a)	42,3%	45,7%	43,8%	-35,0	-0,5	-23,5	40,0	38,5
	Número de Beneficiários de RSI do sexo masculino (a)	47,8%	48,9%	48,9%	-26,1	14,7	-13,0	40,5	36,9
	Número de Beneficiários de RSI do sexo feminino (a)	52,2%	51,1%	51,1%	-29,8	1,6	-20,8	42,3	36,8
	Beneficiários de Subsídio de Desemprego - Total	216 044	218 982	553 819	13,0	30,1	20,7	39,0	39,5
	Beneficiários de abono de família para crianças e jovens no total da população com menos de 25 anos (%)	35,3	29,2	32,5	-31,3	-27,7	-29,4	41,0	38,0
Rendimentos poupanças (2007-2014)	Valor do abono de família para crianças e jovens por beneficiários (euros)	677,3	735,7	698,9	27,7	37,0	31,7	39,8	40,0
	Depósitos bancários de clientes (sem emigrantes) por 1000 habitantes (euros)	11 231	29 748	19 031	8,0	60,6	38,9	21,6	64,8
	Valor médio dos levantamentos em caixas multibanco por operação (euros)	68,5	61,7	61,6	-1,4	-1,6	-2,2		

Concluindo, o impacto da crise em termos de diminuição dos rendimentos expressa-se através do aumento da população dependente de subsídios sociais (RSI, subsídio de desemprego, pensões ou reformas) e do aumento das insolvências familiares. As políticas de austeridade social implicaram a diminuição dos beneficiários de abono de família e foram muito mais restritivas nos critérios de aplicação dos subsídios de desemprego e de RSI. Em termos globais, a crise (variações entre 2007 e 2014) teve um maior impacto nos rendimentos na Região Funcional do Porto do que na Região Funcional de Lisboa (tabela 3).

3.3. Grupos de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão e grupos em risco social

Em termos de grupos vulneráveis as regiões metropolitanas concentram alguns dos grupos mais vulneráveis, mas mostram perfis diferentes. A região de Lisboa tem uma maior presença de idosos, nomeadamente idosos sós, enquanto no Porto a população em idade jovem é mais expressiva. A

³ Nota metodológica: (a) as taxas relativas ao número de beneficiários de RSI (%) são calculadas relativamente ao total de beneficiários de RSI.

vulnerabilidade associada à condição de imigrante evidencia claramente dois perfis metropolitanos diferenciados. Há uma forte presença de população estrangeira em Lisboa (64% do total do Continente), oriunda sobretudo de países pobres, enquanto o Porto é muito menos atrativo (12%) (tabela 4).

Relativamente às composições familiares representativas de situações de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social, retratadas nomeadamente pelas famílias de grande dimensão, ou com muitos desempregados, monoparentais com várias crianças, polinucleares ou institucionais, ou famílias de idosos a residirem sós ou só com outros idosos, as duas metrópoles também exprimem comportamentos diferenciados. Na região de Lisboa evidenciam-se os idosos a residirem sós ou com outros idosos, no Porto as famílias com um grande número de ativos desempregados.

Analisando a população infetada com HIV, os utentes toxicodependentes em tratamento na rede pública, o número de pessoas sem-abrigo, as crianças institucionalizadas e as crianças e jovens em risco da CPCJ (por população residente) verificamos a concentração destes problemas nas áreas urbanas e nomeadamente nas regiões metropolitanas em análise, sobretudo na coroa central.

No período da crise, 2007-2014, intensificou-se a dimensão populacional da população mais idosa, com maior intensidade nas duas regiões metropolitanas em análise. As famílias diminuíram de dimensão e passaram a evidenciar perfis mais vulneráveis numa situação de crise económica. A crise determinou a diminuição da população estrangeira em todo o país.

Tabela 4. Grupos de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social nas duas Regiões Funcionais - Porto e Lisboa. Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); PORDATA (2016).

Grupos de maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social	Taxa ou índice (ano mais recente)			Variação			Peso no Continente (ano mais recente)	
	RF Porto	RF Lisboa	Continente	RF Porto	RF Lisboa	Continente	RF Porto	RF Lisboa
População Jovem (15-24 anos) relativamente ao total de habitantes (2007-2014)	11,4	10,0	10,5	-9,2	-6,4	-8,8	39,7	39,6
População Idosa (65 ou mais anos) relativamente ao total de habitantes (2007-2014)	17,8	21,1	20,6	18,0	15,8	12,8	31,6	42,4
Idosos a residirem sós relativamente ao total de idosos (2011)	53,2	63,3	60,2	-	-	-	27,4	43,3
Mãe só com filhos, por número de famílias (2001-2011)	7,7	8,3	7,8	44,5	45,3	42,9	33,8	45,9
Pai só com filhos, por número de famílias (2001-2011)	1,1	1,3	1,2	41,4	48,0	42,3	31,2	47,4
Famílias numerosas, por número de famílias (2001-2011)	8,1	5,3	-20,6	-27,7	-12,6	-23,8	44,2	36,3
Famílias institucionais, por número de famílias (2001-2011)	0,1	0,1	0,3	31,2	17,9	25,0	25,0	45,5
População estrangeira com o estatuto de residente, por 1000 habitantes (2008-2014)	13	59	39	-10,8	-9,4	-10,4	12,3	63,8
População estrangeira que solicitou o estatuto de residente, por 1000 habitantes (2008-2014)	1	5	4	-57,6	4,7	-40,3	12,1	62,7

4. CONCLUSÃO

Em termos de conclusão vamos sistematizar os dois perfis das duas Regiões Funcionais e procurar descrever a estrutura geográfica interna atendendo aos três objetivos de análise, pois a conjugação dos indicadores por concelho constrói retratos diferenciados.

Estruturalmente, afetando praticamente todo o país, ainda que com diferentes intensidades, o envelhecimento da população surge como o principal fator de vulnerabilidade e de exposição a situações de exclusão social e de pobreza. Trata-se de uma vulnerabilidade associada a fatores de saúde (fragilidade física ou mental) mas também ao isolamento e à diminuição de rendimentos (baixo valor médio das pensões). Este fator expressa-se de diferentes formas nos espaços metropolitanos, pois é sobretudo na cidade-central que há maior densidade de população idosa a residir frequentemente só com outros idosos.

Nos contextos sobretudo urbanos, tem vindo a progredir também uma marginalidade associada ao consumo e tráfego de drogas, com uma maior presença de população infetada com HIV, pessoas sem-abrigo, crianças institucionalizadas e crianças e jovens em risco da CPCJ. Existe a concentração destes problemas nas áreas urbanas e nomeadamente nas regiões metropolitanas, sobretudo na coroa central.

Com a crise económica e financeira, o desemprego veio alimentar um novo contingente de populações em situação de maior vulnerabilidade social. Excluídos do mercado de trabalho, desempregados ou a trabalhar a tempo parcial ou de uma forma precária, com salários ou rendimentos reduzidos (população cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social), com poucas expectativas face ao futuro, dada a idade ativa avançada (mais de 45 anos) e os baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional.

Na Região Funcional do Porto (tabela 5), o desemprego é o principal fator de exclusão social. A exposição à pobreza advém de uma forte diminuição dos rendimentos, com uma forte dependência das prestações sociais (RSI, subsídios de desemprego, baixos salários, ou outros), muitas vezes associados a um forte endividamento das famílias e nalguns casos à insolvência das famílias. A família continua a ser um importante suporte, mas em regressão. As famílias monoparentais, com ou sem filhos, e as famílias de idosos já fragilizam as estruturas sociais, sobretudo na coroa central da metrópole. Neste contexto, também dominam os grupos de risco.

Mas é o desemprego que está a fragilizar mais esta metrópole. Este problema é reflexo da crise, mas também do processo de reestruturação económica que está a afetar esta região (Ave, Cávado, Tâmega-Sousa, AMP). Trata-se de uma estrutura económica ainda muito dominada por trabalhadores com fraca escolaridade. O desemprego de longa duração e com mais de 55 anos reforçam a fragilidade social desta população.

Tabela 5. Peso no Continente das duas Regiões Funcionais – Porto e Lisboa. Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); PORDATA (2016).

Âmbito Geográfico	População residente 2011	TCO com o ensino básico ou menos 2013	População Desempregada 2014	Desempregados de Longa duração 2014	Desempregados mais de 55 anos 2014	Beneficiários de RSI 2014	Beneficiários do abono de família 2014	Insolvência das Famílias 2012
Região Funcional do Porto	34,7%	43,0%	43,9%	48,0%	45,7%	41,4%	41,0%	51,3%
Região Funcional de Lisboa	39,7%	37,6%	35,3%	32,6%	34,1%	36,8%	38,0%	34,4%
Total no Continente	74,4%	80,6%	79,2%	80,6%	79,8%	78,2%	79,0%	85,7%

Genericamente a Região Funcional de Lisboa foi afetada pela crise com menor intensidade do que a Região Funcional do Porto (tabela 6). Tem uma base económica onde o emprego público é muito importante, o que contribui para uma maior estabilidade. Em termos de envelhecimento populacional, a grande concentração de população idosa nesta metrópole faz emergir este fator, que associado a uma baixa cobertura de serviços sociais fragilizam ainda mais as situações.

Sobressaem as vulnerabilidades sociais associadas aos grupos. Na composição das famílias, sobressai uma forte presença de idosos a residirem sós, as famílias monoparentais, com filhos ou sem filhos, e a presença de famílias institucionais. A população imigrante tem aqui uma forte expressão, nomeadamente dos países das ex-colónias portuguesas (PALOP), em parte reforçada pela concentração destas populações em determinados contextos urbanos (bairros sociais, nomeadamente). Em termos territoriais, estes problemas concentram-se sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, pois a envolvente (Oeste e Vale do Tejo, sobretudo) mostra uma realidade menos fragmentada em termos sociais.

Tabela 6. Peso no Continente das duas Regiões Funcionais – Porto e Lisboa. Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); PORDATA (2016).

Âmbito Geográfico	População Idosa 2011	Mãe só com filhos 2011	Famílias institucionais 2014	População estrangeira com o estatuto de residente 2014	TCO com nível de escolaridade superior 2014	População empregada a tempo parcial 2014	Depósitos bancários de clientes 2014	Idosos sós 2011
Região Funcional do Porto	31,6%	33,8%	25,0%	12,3%	30,7%	35,3%	21,6%	27,4%
Região Funcional de Lisboa	42,4%	45,9%	45,5%	63,8%	55,2%	56,4%	64,8%	43,3%
Total no Continente	74,0%	79,7%	70,5%	76,1%	85,9%	91,7%	86,4%	70,7%

5. BIBLIOGRAFIA

- Aalbers, M.B. (2009): "Geographies of the financial crisis". *Area*, 41 (1), 34-42.
- Atkinson, A.B., Marlier, E. (2010): *Income and living conditions in Europe, Luxembourg: European Union - Statistical books.*
- Bell, D. N. F., Blanchflower, D. G. (2011): "The crisis, policy reactions and attitudes to globalization and jobs". IZA Discussion Paper, Available at SSRN.
- Cairns, D., Growiec, K., Almeida, N.A. (2014): Another Missing Middle. "The marginalized majority of tertiary-educated youth in Portugal during the economic crisis". *Journal of Youth Studies*, 17, 1046-1060.
- Carmo, A., Ferrão, J., Malheiros, J. (2014): "Geografia do Estado Social: Reorganização territorial, habitação e urbanismo". In Carmo, R., Barata, A. (org.) *Estado Social. De todos para todos.* Lisboa, Tinta da China, 167-200.
- Carmo, R. et al (2012): *Inequalities in Portugal: Recent and Structural Trends.* CES, Observatório das Desigualdades.
- Carmo, R., Matias, A.R. (2014): *Income inequality in Portugal and in Europe: the impact of austerity?* Coimbra: CES, Observatório das Desigualdades.
- Costa, A.B. et al (2008): *Um Olhar sobre a Pobreza em Portugal.* Lisboa: Gradiva.
- Cunha, L.C. (2012): *O Impacto da Crise no Bem-estar dos Portugueses.* SEDES.
- Eichengreen, B., Jung, N., Moch, S., Mody, A. (2014): "The Eurozone Crisis: Phoenix Miracle or Lost Decade" *Journal of Macroeconomics*, 39, Part B, 288-308.
- European Commission (2015): *Eurobarómetro, 83, Spring.*
- Eurostat (2015): *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy, Luxembourg: European Union - Statistical books.*
- Frazer, H., Marlier, E. (2011): *Social impact of the crisis and developments in the light of fiscal consolidation measures. Social Inclusion Policy and Practice CEPS/INSTEAD.* European Commission DG Employment, Social Affairs and Inclusion.
- Glewwe, P., Hall, G. (1998): "Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others Hypothesis tests based on panel data from Peru", *Journal of Development Economics*, vol.56, 181-206.
- Hilhorst, D., Bankoff, G., (2004): "Introduction: Mapping Vulnerability" In Bankoff, G.; Frerks, G.; Hilhorst, D. (ed.). *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People.* London: Earthscan.
- Knieling, J., Othengrafen, F. (ed.) (2016): *Cities in Crisis.* Abingdon: Routledge, 334 p.
- Markovits, Y., Boer, D., Van Dick, R. (2014): "Economic crisis and the employee: The effects of economic crisis on employee job satisfaction, commitment, and self-regulation". *European Management Journal*, 32, 413-422.
- Marques et al (2016): "Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial", VII Jornadas de Geografia Económica, Santiago de Compostela.
- Marques et al (2016): "Portugal, a crise económica e as duas macrorregiões", VII Jornadas de Geografia Económica, Santiago de Compostela.
- Méndez, R. et al (2015): *Atlas de la Crisis.* Valencia, Tirant Humanidades, 301 p.
- Murray, R. (2009): *Danger and opportunity: crises and new social economy.* Nesta, Young Foundation, 62 p.
- Pedroso, P. (2014): "Portugal and the Global Crisis The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state". Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, Western Europe/North America.
- Pereira, C., Catarina; Honório, H., Godinho, R. (2014): "Referencial de Coesão Social. Lisboa", Instituto de Segurança Social, I.P., 161 p.
- Reis, J et al (2013): *A Anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas, 1º relatório preliminar do Observatório da Crise e Alternativas, Coimbra, CES, 273 p.*
- Schröder-Butterfill, E., Marianti, R. (2006): "A framework for understanding old-age vulnerabilities". *Ageing and Society*, 26 (1), 9-35.
- Sen, A. (2003): *O Desenvolvimento como Liberdade.* Lisboa, Gradiva.
- Somerville, P. (1998): "Explanations of Social Exclusion: Where Does Housing Fit", *Housing Studies*, 13, 761-780.
- Tedim, F. (2016): "Vulnerabilidade", In Fernandes, J.A. R.; Trigal, L.L.; Sposito, E.S. *Dicionário de Geografia Aplicada, Porto, Porto Editora, 534-535.*